

A PRESENÇA DOS PAÍSES DO BRICS NA VENEZUELA*

Pedro Silva Barros**

Luiz Fernando Sanná Pinto***

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende apresentar um quadro da presença de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) na Venezuela nos últimos anos, destacando os acordos bilaterais, a participação em setores estratégicos e as relações comerciais. Na última década, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos e a Europa perderam espaço relativo no tabuleiro econômico global, a Venezuela impulsionou política deliberada de afastamento de Washington e aproximação bilateral com atores não tradicionais do eixo Sul-Sul, mormente os membros do agrupamento BRICS. Esse fenômeno merece atenção particular no momento em que potências extracontinentais apresentam política externa mais consistente e definida para a América do Sul e a Venezuela, apresentando-se como parceiros privilegiados em função de afinidades políticas e grande complementaridade econômica.

Para a contextualização do tema, apresenta-se breve análise dos eixos históricos fundamentais da inserção internacional da Venezuela. Ao longo da segunda metade do século XX, consolidou-se um *sui generis* modelo econômico no país. As exportações de petróleo garantiram fluxos positivos sistemáticos de moedas conversíveis¹ em condições de forte heterogeneidade estrutural (FURTADO, 2008; ALFONSO, 1971), de modo a plasmar o “capitalismo rentístico” (BAPTISTA, 1997, 2004; BAPTISTA; MOMMER, 1999) ou o “subdesenvolvimento com abundância de divisas” (MEDEIROS, 2008), caracterizado pelo deslocamento entre a baixa produtividade média do trabalho e os altos salários reais. Essa “condição rentista” não encerrou apenas circunstâncias de produção e de balanço de pagamentos específicas, mas influenciou o próprio padrão das relações externas do país, na medida em que contribuiu para definir, também, as prioridades políticas internacionais.

A importância do petróleo para a Venezuela fundamentou os dois eixos de sua política internacional no período que vai de 1958 até 1989: *i*) o vertical, Norte-Sul, lastreado nas exportações de petróleo e na presença de empresas petrolíferas² e não petrolíferas (FIGUEROA, 1974) dos países centrais na Venezuela, com destaque para os

* Os autores agradecem ao bolsista do Programa de Cooperação Internacional (Procin) Leonardo Silveira de Souza pela contribuição no levantamento de dados utilizados no artigo.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa e Titular da Missão do Ipea na Venezuela.

*** Doutorando em economia política internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do Procin junto à Missão do Ipea na Venezuela.

1. Moedas conversíveis são aquelas com demanda positiva por não residentes do país emissor, ou seja, que são aceitas em diferentes praças comerciais e financeiras.

2. Mesmo depois da criação da *holding* PDVSA e da nacionalização da indústria petrolífera em 1976, companhias estrangeiras do setor seguiram atuando no país por meio de convênios de tecnologia e, a partir da *Apertura* da década de 1990, convênios operativos, associações estratégicas e convênios de lucros compartilhados (ver PINTO, 2009).

Estados Unidos (SALAS, 2007), tanto pelo volume de comércio e investimentos como pela proximidade física e logística; e *ii*) o horizontal, Sul-Sul, fortalecido pela necessidade de articulação com os demais membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) para a garantia da maximização das receitas do Estado por meio do estabelecimento de controle nos preços e na produção, assim como por certa projeção na América Central e no Caribe (PINTO, 2009).

Houve, entretanto, mudança significativa nessa política a partir do segundo mandato de Carlos Andrés Pérez (1989-1993). Ao contrário do que aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, em que o fortalecimento do eixo de relações horizontais tencionava os contatos com os países centrais, a aproximação com o Norte quase levou ao rompimento da Venezuela com a sua principal plataforma de aproximação e contato com os países periféricos. A política de internacionalização da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) (ver BOUÉ, 2002; ARAQUE, 2004; MOMMER, 1994, 1998; PINTO, 2009), que consistia na aquisição de ativos *downstream* nos mercados consumidores, combinada com a política de *Apertura Petrolera*, intensificou a competição por mercados entre os exportadores de petróleo e estimulou o desrespeito às quotas de produção da OPEP.

Essa política foi alterada com a ascensão de Hugo Chávez ao poder em 1999.³ Opondo-se à lógica da *Apertura*, Chávez liderou o processo de rearticulação da OPEP⁴ e, a partir de dezembro de 2001, iniciou processo de limitação da autonomia da estatal PDVSA por meio de reestruturação institucional do setor de petróleo e gás.⁵ Esse processo, junto com mudanças institucionais em outros setores⁶ e uma política externa menos alinhada às demandas de Washington, galvanizou forte oposição interna e externa, responsável pela crise institucional que marcou o período 2001-2004.⁷ As dificuldades colocadas por esse contexto aumentaram a necessidade de legitimação regional e internacional do governo, favorecendo, ainda, considerável inflexão na política externa: a rede de relacionamentos internacionais da oposição incluía os parceiros mais tradicionais do eixo vertical, o que fez com que Chávez, a partir do período de maior estabilidade pós-2004, pudesse consolidar o fortalecimento das relações de parceiros não tradicionais do eixo Sul-Sul como política deliberada de governo. O que antes era aspiração de longo prazo, iniciativa pontual e discurso em prol da desconcentração do poder mundial, tornou-se imperativo político imediato, cuja operacionalização exigiria considerável esforço do atual governo venezuelano.

3. Sobre os determinantes da ascensão de Hugo Chávez ao poder e a dinâmica de seu governo, ver Barros (2007).

4. Depois da articulação do ministro Ali Rodríguez com Arábia Saudita, México, Rússia e Noruega para diminuição planejada da oferta, o presidente Chávez iniciou maratona de viagens aos países-membros da OPEP na África, no Oriente Médio e na Indonésia. Em função desse ativismo, Caracas sediou, entre 26 e 29 de setembro de 2000, a II Cúpula de Soberanos e Chefes de Estado da OPEP, momento-chave da retomada da influência da instituição (ver PINTO, 2009; JONES, 2007; GONZÁLEZ, 2003).

5. Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de dezembro de 2001.

6. Em dezembro de 2001, foram lançados 49 decretos com força de lei: além do que diz respeito aos hidrocarbonetos, outros como Lei de Terras, Lei de Pesca, Lei do Setor Bancário, Lei do Sistema Ferroviário, Lei de Gás e Eletricidade, Lei do Fomento e Desenvolvimento da Pequena e Média Indústria, Lei da Marinha, Lei de Licitações e Lei Geral dos Portos.

7. Durante esse período, a oposição organizou greve geral no dia 10 de dezembro de 2001; golpe de Estado de 11 a 13 de abril de 2002 – Chávez foi reconduzido ao poder por sublevação cívico-militar que restaurou a legalidade; greve geral patronal-petrolera (liderada pela camada gerencial da PDVSA, e que objetivava a renúncia do presidente) de 2 de dezembro de 2002 a 3 de fevereiro de 2003, culminando numa queda do PIB de 8,9% em 2002 e na demissão de 18.756 funcionários da PDVSA; referendo revogatório sobre o mandato do presidente em agosto de 2004, no qual 59,06% dos eleitores votaram a favor da continuação do mandato de Chávez.

Nesse contexto, ganhou particular relevância a cooperação com o grupo de países formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS).⁸ A necessidade venezuelana de novos parceiros coincidiu com mudanças substanciais na inserção externa desses países, marcadas por:

- 1) Inversão dos termos de intercâmbio – *boom* dos preços das *commodities* –, com superávits constantes na balança de pagamentos dos grandes exportadores de matérias-primas (Brasil, Rússia, África do Sul) e acumulação de reservas que favorecem políticas mais articuladas de investimentos externos, empréstimos e internacionalização. O mesmo pode ser dito em relação aos países com moedas desvalorizadas que são grandes exportadores de manufaturas intensivas em mão de obra (China).
- 2) Crescimento mais intensivo no uso de metais e energia por parte da China e da Índia, o que tem acirrado o conflito por recursos naturais e gerado a necessidade de se garantir o abastecimento (petróleo como bem fundamental).
- 3) Orientação política e facilidade econômica de deslocar iniciativas e investimentos para o entorno regional (Brasil).
- 4) Recuperação do Estado, das indústrias estratégicas (hidrocarbonetos e militar) e da iniciativa política internacional da Rússia.

Essas novas condições aumentaram naturalmente a presença do BRICS em vários outros países e regiões, porém, no caso venezuelano, mais do que apenas culminação de tendência natural, houve clara orientação política da presidência da república para adensamento das relações com esses parceiros. Cabe ressaltar, entretanto, que embora seja um agrupamento, não há concerto entre os seus membros na Venezuela, onde apresentam agendas próprias e, muitas vezes, concorrentes (exportações, serviços, infraestrutura, abastecimento, cooperação técnica).

O aumento da importância do BRICS para a Venezuela pode ser verificado pela quantidade de visitas presidenciais mútuas⁹ e pelo incremento da participação de seus membros no comércio venezuelano.¹⁰

2 CHINA

A presença recente da China na Venezuela pode ser dividida em três fases: a de *gestação*, que ganha corpo em 1997 e é reestruturada entre 1999 e 2001; a de *incremento na incerteza*, entre 2002 e 2006; e a de *prioridade estratégica setorial*, que dura até hoje. Cada uma dessas

8. Não discutiremos aqui o conceito BRICS, que é trabalhado por outros artigos deste boletim.

9. O presidente Hugo Chávez fez cinco visitas de Estado à China, seis à Rússia, várias ao Brasil, uma à Índia e uma à África do Sul. Recebeu duas visitas do presidente da China, uma da Rússia e várias do Brasil.

10. Em 1998 o comércio com o conjunto dos países do agrupamento BRICS respondeu por 4,3% das exportações e 5% das importações venezuelanas. Em 2002, o percentual passou, respectivamente, para 9,8% e 9,1%. Em 2006, 6,3% e 17,7% e, em 2010, 22,6% e 21,5% (compilação dos autores com base em dados do Instituto Nacional de Estatística e do Ministério do Poder Popular para Energia y Petróleo da Venezuela).

fases tem uma dinâmica particular, determinada pelos diferentes “momentos” da projeção externa da China no exterior, pelas condições políticas internas e externas venezuelanas e pelas mudanças estruturais e conjunturais do cenário energético global. Em relação direta com a China, o Plano Nacional 2007-2013 da Venezuela determina *aprofundar a atração de investimentos de empresas e capital estatal e a criação de fundos binacionais de desenvolvimento*.

Concebida inicialmente nos marcos da *Apertura Petrolera*, a presença mais sistemática da China na Venezuela começou em 1997, durante a segunda rodada de negociações dos Convênios Operativos entre a PDVSA e outras empresas para a produção em campos de petróleo inativos ou abandonados. Coube à *China National Petroleum Corporation* (CNPC) as áreas 1 e 15 da rodada, respectivamente Caracoles e Intercampo Norte (PINTO, 2009). Tratava-se, então, de uma transação “de mercado”. À época, embora a China já se preocupasse com sua vulnerabilidade energética e de matérias-primas, apenas insinuava sua *resource diplomacy* (DOMINGUEZ *et al.* 2006). O preço do petróleo estava flutuando entre US\$ 18 e US\$ 8,74 e muitos ainda consideravam o bem como “outra *commodity* qualquer”. Ademais, a política petrolífera venezuelana estava claramente voltada para os Estados Unidos como mercado e fonte de recursos financeiros e tecnológicos.

Apesar disso, as mudanças de concepção das políticas petrolífera e externa com a chegada de Hugo Chávez ao governo em 1999 levaram à reestruturação dessa presença. Defensor de um sistema internacional multipolar e da diversificação das relações externas de seu país, Chávez realizou sua primeira visita a Pequim apenas nove meses depois de sua posse. Foi no marco desse encontro de alto nível que se geraram as bases para a cooperação futura.¹¹ O Comitê Misto elaborou o “Plano Estratégico Energético China-Venezuela (PEECV) 2001-2011, para a exportação de energia para os chineses e a cooperação agrícola chinesa de longo prazo” (CHENG; SHI, 2008; VILLA, 2004), já no âmbito da recém-criada “Comissão Mista de Alto-Nível” (CMANCV) entre os dois países.

Foram a CMANCV e o PEECV que mudaram a presença da China na Venezuela para o período de *incremento na incerteza*. De um lado, num momento já marcado pela reestruturação da OPEP e pela nova concepção da política petrolífera venezuelana, consagrava o princípio de intercâmbio bilateral “fora do mercado”, ou seja, por meio do mecanismo *project for resources*, porquanto tenha estabelecido o aumento das exportações de petróleo da Venezuela para a China em troca de contribuição de US\$ 9 bilhões dos chineses para a construção de rede de ferrovias no país sul-americano. O estabelecimento de acordos bilaterais nesse formato consiste em prioridade do governo chinês, a fim de evitar a vulnerabilidade do mercado *spot* para o abastecimento de seu mercado interno e, principalmente, de sua frota naval civil e militar.

Por outro lado, o fator incerteza pesou consideravelmente para limitar o alcance do incremento, seja em função da instabilidade política que vigorou entre 2001 e 2004 na

11. Sete documentos foram assinados, dentre os quais um memorando de entendimento sobre a criação de um Comitê Misto para Inicativas no Setor Energético (Comise) e um crédito de US\$ 30 milhões do *China Development Bank* (CDB) para a Venezuela.

Venezuela, seja em função das dúvidas quanto à possibilidade de viabilização do aumento das exportações de petróleo para a China. Malgrado a vontade política de Chávez de diminuir a dependência comercial, financeira e industrial da Venezuela com relação aos Estados Unidos, vários fatores contribuíam para restringir as possibilidades de exportação para a China. Em primeiro lugar, os ativos *downstream* da PDVSA no exterior limitam consideravelmente a margem de manobra dos venezuelanos quanto à diversificação dos compradores. Só por meio das subsidiárias nos Estados Unidos PDV Holding e PDV América, a empresa controla um sistema de refino com capacidade de 1.201 mbd (mil barris diários) de petróleo, além de um vasto sistema de distribuição e transporte de derivados. O mesmo pode ser dito em relação aos ativos nas Ilhas Virgens, Bahamas, Bonaire e Europa (PINTO, 2009). O abastecimento dessa estrutura no exterior por petróleo não venezuelano rompe com a lógica de integração global da empresa – hoje, a Venezuela exporta apenas 700 mbd para os Estados Unidos.

A alternativa mais óbvia, a ampliação da oferta da Venezuela, também esbarra em três inconvenientes: o sistema de quotas da OPEP, as dificuldades técnicas e gerenciais causadas pelas demissões da PDVSA em 2003¹² e as novas mudanças institucionais no setor com as instruções, leis e decretos de 2005, 2006 e 2007, que determinaram o modelo de empresas mistas sob o controle da PDVSA para substituir os contratos da *Apertura* (PINTO, 2009) – os processos de transição para os novos contratos e as dificuldades com recursos humanos e materiais da operadora tornam tudo mais moroso. As plantas de refino chinesas também não estão totalmente adaptadas ao óleo com alto teor sulfúrico da Venezuela, e os custos e dificuldades logísticas não podem ser desconsiderados. Como o Canal do Panamá não acomoda os superpetroleiros, só se pode realizar o transporte pelo Oriente (Cabo da Boa Esperança) ou pelo Ocidente (Cabo Horn), operações de tempo estimado de 54,9 dias e 63,8 dias, respectivamente. Ou seja, na melhor das hipóteses, demora 6,8 vezes mais tempo do que para chegar ao norte da costa leste dos Estados Unidos.

De todo modo, dada a magnitude que se esperava que tivesse a Faixa Petrolífera do Orinoco – confirmada entre 2005 e 2011, com a certificação das reservas de 220 bilhões de barris –, a China, objetivando, sobretudo, acesso maior à parte desse petróleo, continuou articulando projetos, iniciativas e, principalmente, disponibilizando linhas de crédito. Algumas vezes, inclusive, para setores como agricultura, construção de residências e compra de bens de capital (MINISTRY OF COMMERCE, 2011). Entre dezembro de 2004 e janeiro de 2005, novos projetos do tipo “petróleo-por- infraestrutura” foram firmados, incluindo, também, a concessão de 15 campos em declínio em Zumano para a CNPC desenvolver. Há, ademais, como marco desse período, a cooperação em matéria aeroespacial.¹³

12. Ver nota de rodapé 7.

13. Essa cooperação em matéria espacial culminaria, em outubro de 2008, no lançamento do satélite Simon Bolívar do Centro Espacial de Xichang.

Entretanto, os limites e as dificuldades da relação ainda eram óbvios, sobretudo em função das expectativas assimétricas. Durante a visita de Chávez à China, em 2006, o presidente venezuelano caracterizou as relações com o gigante asiático como “Aliança Estratégica”, apesar de o governo chinês considerar a mesma *apenas* como “Parceria Estratégica” (CHENG; SHI, 2008).

Foi só quando o preço do barril alcançou elevados patamares, flutuando em torno de US\$ 70, em 2007, e aumentando ainda mais posteriormente, que o *status* da amizade sino-venezuelana realmente foi alterado. Nesse mesmo ano, foram firmados vários instrumentos que viabilizaram acordos diversos para: execução de estudos de quantificação e certificação de reservas; constituição de empresas mistas para explorar e produzir petróleo, assim como para produzir bens e prestar serviços para a indústria petrolífera; e criação de Fundo Conjunto Chinês-Venezuelano. Esta última iniciativa, operacionalizada em setembro de 2008, com a subscrição de US\$ 4 bilhões pelo China Development Bank (CDB) e de US\$ 2 bilhões pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Venezuela (FONDEN), constituiu importante marco do novo momento. O Fundo é responsável pelo financiamento de boa parte dos projetos de infraestrutura requeridos para o desenvolvimento petrolífero venezuelano. Tanto que em 2009 foi aprovado seu incremento para US\$ 12 bilhões.

O impressionante “Acordo sobre Cooperação para Financiamento em Longo Prazo” entre China e Venezuela foi assinado em Pequim no dia 10 de setembro de 2010, estabelecendo que o CDB garantisse ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social da Venezuela (BANDES) linha de crédito de US\$ 10 bilhões e RMB 70 bilhões.¹⁴ A duração é de até dez anos, e o pagamento será em venda de petróleo da PDVSA para a China National United Oil Corporation (CNUOC) – pelo menos 200 mbd em 2010, 250 mbd em 2011 e não menos que 200 mbd em 2012 até que as obrigações do acordo tenham sido incondicionalmente cumpridas. Os recursos devem ser usados em projetos de infraestrutura, desenvolvimento social, energia, desenvolvimento mineral e agrícola, dos quais 40% dos dólares e 100% dos *renminbis* (RMB) devem ser usados em projetos de cooperação conjuntos. Estipula-se que a totalidade da linha de crédito em moeda chinesa será utilizada para a integralização do capital da PDVSA nas empresas mistas encarregadas de construir quatro plantas de refino para petróleo venezuelano no território do país asiático (Jieyang, Weihai, Shanghai, Tianjin) – capacidade de refino de 1,1 milhão de mbd.

Hoje, além das empresas mistas de produção de petróleo como a PDVSA,¹⁵ os chineses possuem empresas mistas de produção de talado, naval, de infraestrutura, agricultura e construção. Cabe destacar, apesar disso, que sua presença não se dá sem concorrência e dissabores. Em novembro de 2011, depois de meses de negociações, a Sinopec perdeu a disputa por Carabobo 2 para a empresa russa Rosneft.

14. Equivalente a US\$ 10,25 bilhões.

15. Petrosiven (PDVSA 75%, CNPC 25%), campo 11, Ocidente, Maracaibo; Petrozumano (PDVSA 60%, CNPC 40%), campo 12, Oriente, Anzoátegui; Petrosiven (PDVSA 75%, CNPC 25%), campo 11, Oriente, Anzoátegui; Petrolera Sinovensa (PDVSA 60%, CNPC 40%), Junín, Faixa Petrolífera do Orinoco; Petrolera Paria (PDVSA 60%, Sinopec 32% e INE Oil & Gas 8%), *offshore*, Güiría. Produção estimada total de 112 mbd de petróleo, dos quais a maior parte vem da Petrolera Sinovensa.

3 RÚSSIA

A aproximação entre a Rússia e a Venezuela está diretamente relacionada às mudanças políticas particulares de cada país ocorridas em 1999 – ascensão de Chávez e Vladimir Putin. Já em 2000, de maneira informal, Putin fez parte do grupo extra-OPEP que colaborou com os planos venezuelanos e sauditas de corte de produção para favorecer o aumento dos preços do petróleo. O plano energético, inclusive, conforma parte essencial das relações entre os dois países. Assim como Chávez, e até antes do venezuelano, em 2000, o presidente russo alterou a política de petróleo e gás de seu país, com a reestatização parcial e a retomada do controle estratégico da indústria (SCHUTTE, 2010). A abordagem nacionalista de ambos contribuiu para a criação de afinidades políticas e para o impulso de projetos comuns. Em relação direta com a Rússia, o Plano Nacional 2007-2013 da Venezuela determina “consolidar a aliança política integral emergente com base nos interesses comuns anti-imperialistas”. A aproximação recente entre os dois países já apresentou relevantes alinhamentos políticos.¹⁶

Apesar disso, nos marcos da relação Rússia-Venezuela, a questão energética, embora importante, está subordinada à cooperação técnico-militar. No período que vai de 2003 a 2007, a Rússia respondeu por 93% do fornecimento de armas para a Venezuela (VILLA, 2008), época em que o país saltou da 56ª para a 24ª posição de maior importador de equipamentos bélicos. Isso fez com que as exportações russas subissem de um patamar baixo – de US\$ 18 milhões, em 1998, para US\$ 403 milhões, em 2007¹⁷ –, com a Venezuela se tornando o terceiro mercado para as exportações da Rússia, atrás apenas da China e da Índia.

Embora a aproximação tenha começado em 2005, o divisor de águas foi a certificação da Venezuela, por meio da *Section A of the Arms and Control Act*, como país *not cooperating fully* com a “luta antiterrorista” de Washington, o que viabilizou o embargo para venda, financiamento ou qualquer assistência militar dos Estados Unidos à Venezuela. Nesse período, os venezuelanos compraram da Rússia 100 mil fuzis Kalashnikov automáticos (AK 47), 24 caças Sukhoi (Su30MK), 10 helicópteros de combate MI-35, 40 helicópteros de transporte MI-17 V multitarrefas e 3 helicópteros de transporte pesado Mi-26, além de 5 submarinos Kilo-classe movidos a diesel e eletricidade, mísseis de terra e de longo alcance Club-S e mísseis terra-ar Tor-M1 (VILLA, 2008).

O aumento nas relações foi tamanho que os acordos chegaram a superar o aspecto comercial de compra e venda de armas. Em 2008, ao realizar sua terceira visita à Rússia, Chávez lançou mão da proposta que incluía instalação de fábricas de cartuchos e rifles AK 103 em Aragua e exercícios conjuntos de Forças Armadas. Consolidadas as relações, os venezuelanos puderam usar a Rússia para modernizar seu arsenal e os russos puderam usar a Venezuela como plataforma de provocação aos Estados Unidos quando necessário. Em setembro de 2008, dois bombardeiros supersônicos russos Tu-160 – com capacidade de car-

16. O caso mais notório é o reconhecimento da independência total da Ossétia do Sul em relação à Geórgia. Apenas cinco estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU) oferecem tal *status* à Ossétia do Sul: Rússia, Venezuela, Nicarágua, Nauru e Tuvalu.

17. INE.

regar 12 mísseis cruzeiros com ogivas convencionais ou nucleares – pousaram na Venezuela para a realização de exercícios militares em águas internacionais. Dois meses depois, o grupo de navios da Armada Russa comandada pelo Cruzeiro de Mísseis Atômico Pesado “Pedro, o Grande” – efetuou visita de amizade à Venezuela, singrando mares de tradicional influência norte-americana. Em setembro de 2009, a Rússia concedeu à Venezuela crédito de US\$ 2,2 bilhões para a compra de 92 tanques T-72 e um sistema de mísseis S-300. Nota-se, porém, que não está prevista a venda de armas da Rússia para a Venezuela em 2012.¹⁸

No campo energético, em 2010, o Consórcio Nacional Petrolífero Russo (Lukoil, Rosneft, Gazprom, TNK-BP e Surgutneftegaz) e a PDVSA firmaram convênio para a criação da empresa mista Petromiranda para a produção no campo de Junín 6, na Faixa Petrolífera do Orinoco.

Em outubro de 2011, a Rússia ofereceu linhas de crédito de US\$ 10,5 bilhões para a Venezuela, US\$ 4 bilhões para a compra de armamentos em duas prestações e mais US\$ 6,5 bilhões para o desenvolvimento da infraestrutura da Faixa. Sabe-se que a companhia Inter RAO UES e a PDVSA estão estudando a viabilidade de uma central termoeletrica de 300 megawatts à base de coque, ao mesmo tempo em que russos e venezuelanos também se envolvem na construção de estaleiros e de montadoras de veículos.

Finalmente, em novembro de 2011, também na Faixa, a Rosneft obteve o direito de exploração no campo de Carabobo 2, oferecendo US\$ 2,2 bilhões. Os aportes russos acabam sendo utilizados para compensar os empréstimos de Moscou para a compra de armamentos pela Venezuela.

4 BRASIL

As relações bilaterais contemporâneas entre Brasil e Venezuela são determinadas, fundamentalmente, por três fatores: *i*) necessidade de legitimação mútua;¹⁹ *ii*) grande incremento do comércio bilateral,²⁰ sem relação proporcional com integração produtiva ou aumento da densidade econômica na área de fronteira; e *iii*) mudança estrutural na dependência energética do Brasil, que deixou de ser importador líquido de energia (BARROS; SCHUTTE; PINTO, 2010).

O histórico de relações protocolares foi rompido com a assinatura do Protocolo de La Guzmanía,²¹ em 1994, que marcou a vontade dos executivos de estreitar vínculos políticos e econômicos, como consequência da priorização da América do Sul pela política externa brasileira e da necessidade da Venezuela de diversificar parceiros para superar sua crise

18. O governo russo anunciou, em 25 de janeiro, que em 2012 tem contratos de vendas de armamento para apenas três países da América do Sul: Argentina, Brasil e Chile.

19. Sobre a importância da América do Sul para a política externa brasileira, ver Calixtre e Barros (2011).

20. O comércio bilateral, que não chegava a US\$ 900 milhões em 2003, atingiu a marca de US\$ 5,8 bilhões em 2011.

21. Trata-se do Protocolo Adicional ao Convênio de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, de 17 de novembro de 1977. O primeiro documento importante entre os dois países foi assinado em 1859 e tratou de limites e navegação fluvial. Os chefes de estados só voltaram a se encontrar para tratar exclusivamente de temas bilaterais na década de 1970, quando a questão energética levou o Brasil a reconhecer a importância estratégica do vizinho.

econômica. Pode-se dividir o relacionamento bilateral recente em três períodos: *reconhecimento* (1994-2001), *consolidação* (2002-2006) e *impasse sobre prioridade estratégica regional* (2007). Em relação ao Brasil, o Plano Nacional 2007-2013 da Venezuela determina: “participar da construção do Novo Mercosul”, “fortalecer o esquema de integração sul-americana por meio da Comunidade Sul-Americana de Nações (atual Unasul)” e menciona o projeto da Refinaria Abreu e Lima.

O *reconhecimento* foi marcado pelas ideias de liberalização comercial e minimização do problema da mineração ilegal e narcotráfico. Incluiu aproximação das estatais petrolíferas PDVSA e Petrobras²² e a definição de três projetos fundamentais para a integração do Norte do Brasil e do Sul da Venezuela: pavimentação da BR-174,²³ conexão hidroelétrica entre Guri e Boa Vista²⁴ e navegabilidade entre o Orinoco e o Rio Negro. Os dois primeiros foram realizados nos anos seguintes e o terceiro foi esquecido.

A *consolidação* se iniciou com a decisão brasileira de garantir o fornecimento de gasolina à Venezuela durante a greve patronal-petrolífera de dezembro de 2002²⁵ e teve como principal impulsionador a mudança da política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a partir de 2003, quando foi priorizado o financiamento de obras de infraestruturas executadas por empresas brasileiras na América do Sul. O comércio bilateral ganhou grande impulso, a despeito da queda das exportações petrolíferas venezuelanas para o Brasil, que tornou a relação bastante assimétrica. A aliança estratégica de 2005 formalizou o novo momento e apresentou como grande proposta a construção de uma refinaria binacional no Nordeste brasileiro para processar o petróleo extrapesado que fosse extraído de forma conjunta na Faixa Petrolífera do Orinoco.

O estreitamento das relações políticas foi acompanhado de encontros presidenciais trimestrais entre 2007 e 2010 e de grande número de acordos de cooperação. A abertura em Caracas de representações de agências públicas de empresas como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em projetos agrícolas, Caixa Econômica Federal (CAIXA), em organização de programas habitacionais e tecnologia para terminais bancários nas periferias, Ipea,²⁶ em estudos sobre integração produtiva, de infraestrutura e em planejamento territorial, reforça a presença brasileira na Venezuela e o fato de todas cooperarem na formação e capacitação de funcionários públicos venezuelanos aponta para uma tendência estrutural na relação entre os dois países.

O *impasse sobre prioridade estratégica regional*, porém, é evidenciado pela ausência de projetos que aprofundem a integração produtiva, mais importante do que a própria entrada

22. As atas das reuniões dos Mecanismos Políticos de Consulta Brasil – Venezuela apontam para uma série de pesquisas conjuntas entre as duas empresas. O chanceler venezuelano afirmou em seminário realizado pelo Instituto de Pesquisas Internacionais (Ipri) em junho de 1995, em Brasília, que “O intercâmbio petrolífero, que demonstrou sua utilidade na crise pela qual o Brasil acaba de passar, pode nos levar a construir amanhã a maior empresa do hemisfério, que se chamaria Petroamérica, com a fusão da Petróleo de Venezuela com a Petrobras”.

23. Obra concluída em 1998.

24. O linhão de transmissão de eletricidade da maior hidroelétrica da Venezuela à capital de Roraima foi inaugurado em 2001 com a presença dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Hugo Chávez e Fidel Castro.

25. Política brasileira de garantia da estabilidade regional, que foi decisiva também na Bolívia em 2004-2005.

26. Sobre a Missão do Ipea na Venezuela e a atuação articulada com a CAIXA e a Embrapa. Ver Barros (2011).

da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul).²⁷ As duas áreas que poderiam vincular definitivamente o desenvolvimento do Brasil ao do vizinho, projetos energéticos conjuntos e a articulação produtiva entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela não avançaram na velocidade anunciada na formalização da Aliança Estratégica. Dois projetos energéticos discutidos nesse âmbito, a refinaria Abreu e Lima e o Gasoduto do Sul,²⁸ deixaram de ser prioritários para o Brasil devido às descobertas da Camada Pré-Sal, tanto pela diminuição da dependência energética como pelo redirecionamento dos investimentos da Petrobras para o litoral brasileiro.²⁹ De lá para cá, a Petrobras priorizou os investimentos no litoral brasileiro e as mudanças na legislação sobre a participação de empresas estrangeiras no setor petrolífero na Venezuela serviu de justificativa para que a empresa diminuísse drasticamente a atuação no país.

Tanto a Petrobras como a PDVSA são empresas que disputam espaço no mercado internacional e concorrem entre si em vários países da região. Ao mesmo tempo, são estatais e devem se subordinar aos objetivos estratégicos de seus países. No Brasil, a Petrobras tem sido decisiva para a política industrial do governo, sua política de compras prevê participação crescente de componentes nacionais e é a principal responsável pelo ressurgimento da indústria naval. Na Venezuela, a PDVSA é a grande responsável pelas missões sociais, fundamentais na diminuição da desigualdade, e pelo fim do analfabetismo no país.

A atuação de ambas impacta, também, a política externa de seus países. As operações da Petrobras são ferramenta de integração em vários países da América do Sul, muitas vezes com suporte do BNDES. A empresa está presente nos cinco continentes, em países que vão da Namíbia à Nova Zelândia, dos Estados Unidos à Líbia. Já a PDVSA, desde sua criação, em 1976, é o principal braço da política venezuelana para o Caribe, região onde o país apresenta importante e crescente influência. A estatal também possui refinarias nos Estados Unidos e na Europa e participação, muitas vezes decisiva, na OPEP. Em todo o mundo e em diferentes momentos históricos, o êxito das empresas petrolíferas está diretamente relacionado com aproximações políticas e interdependência econômica.

A despeito dos impasses relativos às garantias do financiamento para a aquisição de 40% das ações do empreendimento que estão sendo negociadas entre a PDVSA e o BNDES, há vários motivos para considerar estratégica a parceria Petrobras/PDVSA. A Refinaria Abreu e Lima vincularia as duas maiores empresas energéticas da sub-região. Há um potencial muito grande para pesquisas conjuntas e integração de cadeias produtivas. Nas próximas décadas, indubitavelmente, haverá grandes investimentos na região do Orinoco. O potencial de exportação de serviços e tecnologias do Brasil para a Venezuela é de igual tamanho. Se

27. A entrada da Venezuela no Mercosul foi aprovada por Argentina, Uruguai e Brasil. A definição da questão, porém, aguarda há cinco anos a posição do Parlamento Paraguai.

28. Sobre o Gasoduto do Sul e outras questões relativas à infraestrutura entre Brasil e Venezuela, ver o Relatório de Pesquisa *A Integração de Infraestrutura Brasil-Venezuela: a IIRSA (Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Sul-Americana) e o eixo Amazônia-Orinoco*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/110511_relat_brasilvenezuela_integrinfrestrutura.pdf>
29. Sobre a evolução da presença da Petrobras na Venezuela em face de suas diferentes estratégias internacionais, ver Pinto (2011).

o projeto de Abreu e Lima³⁰ se desenvolver a partir da perspectiva binacional com financiamento do BNDES para a PDVSA, iniciar-se-á relação que pode culminar em linhas de crédito vinculadas a contratos de fornecimento de bens e serviço da indústria parapetroléira brasileira para os gigantescos projetos de exploração e produção na maior reserva de petróleo do mundo (faixa do Orinoco), o que, entre outras consequências, contribuiria para viabilizar o importante plano de internalização das cadeias da indústria no Brasil. Os ganhos de escala advindos dessa possibilidade poderiam conformar o impulso inicial de um projeto de mais longo prazo de construir no país o quarto polo fornecedor de bens e serviços para a indústria do petróleo,³¹ concentrado nos mercados da América do Sul e do Oeste da África. Além dos projetos relacionados às empresas energéticas, há um enorme e pouco explorado potencial de articulação entre a região mineiro-industrial de Guayana e o Polo Industrial de Manaus.

Nesse período, Brasil e Venezuela mostraram grande protagonismo no fortalecimento de instrumentos de integração regional, notadamente a Unasul, e na construção de outros, como a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento/Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CALC/CELAC).³²

5 ÍNDIA

A tentativa da Venezuela de diversificar os destinos de suas exportações de hidrocarbonetos encontra na Índia um mercado potencial de considerável expressão, tanto em função do peso demográfico da segunda maior população mundial como da importância econômica conquistada com as taxas de elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2005, o presidente Chávez visitou a Índia e assinou seis acordos com o primeiro ministro Manmohan Singh e o presidente Abdul Kalam, destacando-se a criação de uma comissão conjunta para a cooperação na área de hidrocarbonetos. O acordo de cooperação no setor de petróleo e gás natural gerou a oportunidade para investimentos na exploração e produção de hidrocarbonetos na bacia do Orinoco por parte da Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) (a estatal indiana) e da abertura de um escritório da empresa em Caracas. Em abril de 2008, um acordo entre a ONGC e a PDVSA criou uma *joint venture* denominada Petrolera Indo Venezolana S.A.³³ para a exploração e produção de petróleo no campo de San Cristóbal (estado de Táchira). Em fevereiro de 2010, um consórcio internacional, formado por ONGC, Indian Oil Corporation (IOC), Oil India Ltd.

30. Abreu e Lima com PDVSA dinamizaria também a integração na indústria naval. O Estaleiro da Alba (Astialba) que a Andrade Gutierrez está construindo para a PDVSA Naval com financiamento do BNDES no estado de Sucre (Costa Oriental) produzirá petroleiros praticamente iguais aos que estão sendo construídos no Atlântico Sul, pela Camargo Correa, Queiroz Galvão e Samsung, igualmente com financiamento do BNDES, em Pernambuco. O primeiro petroleiro produzido no Nordeste brasileiro foi finalizado neste ano e o Atlântico Sul construirá até 20 por ano. A previsão é que o Astialba produzirá até oito embarcações por ano. Nem em Sucre nem em Pernambuco há qualquer empresa fornecedora da indústria naval. A demanda dos dois estaleiros juntos, porém, viabilizaria a instalação de empresas do setor em ambos os países – a refinaria conjunta daria mais estabilidade e, conseqüentemente, segurança aos empreendedores potenciais. Isso iria ao encontro da política dos dois países: aumentar o índice de componentes nacionais nas compras das estatais petroleiras.

31. Os outros três polos são: i) o do golfo do México, concentrado no Texas; ii) o do Norte da Europa, concentrado no Reino Unido e na Noruega; e iii) o asiático, concentrado em Singapura.

32. Sobre a CALC/CELAC, ver Gonçalves (2011).

33. A empresa mista tem 40% de participação da estatal indiana e 60% da PDVSA, mesma proporção de outras empresas mistas criadas a partir de 2007. O investimento da ONGC previsto para esse projeto é de aproximadamente US\$ 450 milhões.

(OIL), Repsol (Espanha) e Petronas (Malásia), adquiriu os direitos para o desenvolvimento do projeto de petróleo de Carabobo na bacia do Orinoco. As três empresas indianas detêm 18% de participação, enquanto a Petronas e a Repsol têm 11% cada uma e os 60% restantes são da PDVSA. No mês seguinte, a Índia aprovou um investimento inicial de US\$ 2,181 bilhões de dólares para o projeto e, posteriormente, em maio do mesmo ano, foi criada a Petro Carabobo S.A., uma *joint venture* entre a PDVSA e o consórcio internacional.

Outros setores econômicos indianos importantes para a relação são o automobilístico (por meio da Tata Motors) e o de Tecnologia da Informação (TI), com empresas indianas desenvolvendo projetos para bancos privados e órgãos governamentais da Venezuela. Além dessas áreas, o país sul-americano tem expressado interesse na ampliação da cooperação com a Índia em setores como de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de alimentos, saúde, biotecnologia e sensoriamento remoto, acordos entre os dois países nestas áreas estão em curso (MEA, 2011).

6 ÁFRICA DO SUL

Entre os BRICS, a África do Sul é o parceiro comercial com quem a Venezuela detém o menor comércio bilateral. As relações entre Venezuela e África do Sul foram reestabelecidas em 1993,³⁴ mas apenas a partir de 2007 foram estreitadas,³⁵ priorizando temáticas relacionadas ao petróleo e à mineração.

O presidente Chávez visitou a África do Sul em 2008 para celebrar acordos no setor energético que haviam sido discutidos inicialmente em outubro do ano anterior em reunião entre a PDVSA e a PetroSA (estatal sul-africana de petróleo), visando à cooperação na área de tecnologia (desenvolvida pela companhia africana) para os projetos de gás natural na costa venezuelana, liquefação de gás natural,³⁶ exploração e produção de petróleo na Faixa Petrolífera do Orinoco.³⁷ Em contrapartida, a PetroSA convidou a PDVSA a participar da construção da refinaria de Coega, na África do Sul, que requer investimento de 11 bilhões de dólares até 2014, e que teria capacidade de processar 400 mil barris de petróleo/dia. A PDVSA também foi convidada para aproveitar a capacidade de armazenamento na baía de Saldanha (45 milhões de barris), o que reduziria os custos das exportações de petróleo venezuelano para a Ásia e para o Extremo Oriente. Também foram apontadas as áreas com potencial de cooperação e de aumento da presença sul-africana na Venezuela: construção civil, dessalinização, agricultura, extração e processamento de diamantes, setor em que tem a liderança mundial.

34. A Venezuela retirou suas sanções comerciais impostas à África do Sul em outubro de 1993. O bloqueio comercial submetido ao país africano foi estabelecido pelas Nações Unidas como resposta ao sistema político de segregação racial vigente no país a partir de 1948. Em 3 de dezembro de 1993, dois dias após as eleições gerais na Venezuela, os dois países estabeleceram relações diplomáticas. A embaixada da Venezuela em Pretória foi aberta em 1995 e a da África do Sul em Caracas foi aberta no início de 1998.

35. Nos últimos anos a África do Sul tem sido o segundo principal importador africano de petróleo venezuelano, atrás de Gâmbia.

36. A África do Sul obtém mais da metade do seu consumo diário de 540 mbd de petróleo por meio de liquefação de carvão e gás natural e a estatal sul-africana é uma das maiores empresas mundiais no setor.

37. PetroSA é operadora do bloco Boyacá 4 em uma área de 700 quilômetros quadrados.

A PDVSA formalizou, em setembro de 2009, uma *joint venture* com a PetroSA³⁸ para exploração de hidrocarbonetos no campo (classificados como maduro) Quiamare - La Ceiba,³⁹ estado de Anzoátegui, que produzia até aquele momento 30 mil barris de petróleo/dia, com potencial para ampliar a produção. Nesse projeto, seria necessário o aporte de US\$ 400 milhões em um prazo de quatro anos (quantia que deveria ser desembolsada de forma igualitária pelas duas partes). Nesse mesmo mês, durante a II Cúpula entre América do Sul e África (ASA), realizada na Venezuela, foi firmado um acordo de cooperação no setor de mineração entre os dois países. Deliberou-se pela criação de empresas mistas (estatais e privadas) nas áreas de exploração, beneficiamento, operação e comercialização de *commodities* minerais.

O fato de a cúpula ASA ter sido realizada na Venezuela não é um acontecimento isolado. A Venezuela é o terceiro país latino-americano com a maior presença na África, atrás de Brasil e Cuba. O presidente Chávez realizou visitas oficiais a oito países africanos.⁴⁰ A aproximação com a África faz parte da diretriz de multipolaridade defendida pela Venezuela e está diretamente relacionada com a necessidade de legitimação internacional de seu governo. A queda do governo líbio de Muammar Khaddafi, principal aliado da Venezuela na África, em 2011, pode conferir à África do Sul mais importância para a política externa venezuelana no próximo período.

7 CONSIDERAÇÃO FINAIS

A presença dos países do agrupamento BRICS na Venezuela é crescente e está relacionada à ocupação do espaço deixado pelos Estados Unidos, principal parceiro econômico da Venezuela desde que o país se tornou petroleiro, no início do século XX. A participação dos cinco países do agrupamento é politicamente muito bem aceita pela Venezuela, que tem buscado diversificar parceiros e se legitimar internacionalmente, particularmente a partir de 2002, quando o golpe de Estado que tirou Hugo Chávez do poder por dois dias foi reconhecido como legítimo pelo governo dos Estados Unidos e da Espanha. A aproximação com os países do BRICS ganhou mais força, porém, a partir de 2007, o que coincide com o início das certificações da Faixa Petrolífera do Orinoco como principal reserva de petróleo do mundo e com a necessidade de atrair novos parceiros após a mudança na legislação sobre hidrocarbonetos, ocorrida no mesmo ano. A estrutura de distribuição e refino de petróleo restringe a capacidade de alterar rápida e radicalmente o destino das exportações venezuelanas. As ações recentes da Venezuela têm como objetivo aumentar progressivamente as exportações de petróleo para os países que investirem nas novas áreas de exploração, como os países do BRICS, além de outros, como Argentina, Itália, Malásia e Vietnã.

38. Em outubro de 2009, a empresa estatal de petróleo sul-africana PetroSA estimava que iniciaria a produção de petróleo nos campos de hidrocarbonetos maduros na porção oriental da Venezuela entre 18 e 24 meses a partir do anúncio.

39. Este campo foi operado até 2005 pela companhia petrolífera norte-americana Exxon Mobil.

40. Argélia, Líbia, Moçambique, Mali, Gâmbia, Benim e Angola, além da própria África do Sul.

Note-se que o petróleo segue determinando a política externa venezuelana e que não há concertação entre os países do BRICS para fortalecimento conjunto planejado de sua presença na Venezuela. Há, inclusive, grande concorrência entre os países do agrupamento, seja nos negócios petrolíferos, seja em outros setores, como construção civil, mineração e agricultura.

China, Rússia e Brasil são os países cuja presença mais tem crescido na Venezuela. Embora o governo Hugo Chávez não tenha conseguido até agora diminuir a dependência petroleira nem dar consistência ao seu parque industrial, essas continuam como diretrizes políticas da Venezuela. A única resposta satisfatória à economia brasileira no médio e longo prazos seria aproveitar o incremento das relações bilaterais nas duas últimas décadas para promover a integração produtiva regional entre o Norte do Brasil e o Sul da Venezuela, privilegiando a articulação com Manaus, e setorial, nos segmentos em que o Brasil tem apresentado ultimamente mais dinamismo: petróleo e gás, naval e agrícola, cuja demanda interna e cuja capacidade produtiva projetada dos dois países são imensas. Destaca-se que, entre os países mais relevantes do novo eixo de relações Sul-Sul da Venezuela, o Brasil dispõe de vantagens competitivas permanentes e naturais: é vizinho territorial e apresenta identidade linguística e cultural, o que facilita muito a concretização de todo tipo de acordo. Ao contrário de China e Rússia, entretanto, o país ainda não desenvolveu uma política mais coesa e integrada de expansão sistemática de sua presença em parceiros considerados estratégicos.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO, J. P. P. **Petroleo y dependencia**. Caracas: Síntesis dos mil, 1971.
- ARAQUE, A. R. **Petroamérica VS. ALCA**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004.
- BAPTISTA, A. **El relevo del capitalismo rentístico: hacia un nuevo balance de poder**. Caracas: Polar, 2004.
- _____. **Teoría económica del capitalismo rentístico: economía, petróleo y renta**. Caracas: IESA, 1997.
- _____.; MOMMER, B. **El petróleo en el pensamiento económico venezolano**. Caracas: IESA, 1999.
- BARROS, P. S. A missão do Ipea no exterior. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, Ipea, n. 68. 2011.
- _____. A Razão Chavista. In: CARMO, C.; BARROS, P.; MONTEIRO, L. **Venezuela: mudanças e perspectivas**. Brasília: FUNAG, 2007.
- _____.; SCHUTTE, G. R.; PINTO, L. F. S. Além da autossuficiência: o Brasil como protagonista no setor energético. In: ACIOLY, L.; CINTRA, M. (Org.). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa**. Brasília: Ipea, 2010.
- BOUÉ, J. C. El programa de internacionalización en PDVSA: ¿Triunfo estratégico o desastre fiscal? **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 8, n. 2, mayo/ago. 2002.

- CALIXTRE, A.; BARROS, P. S. Além da circunstância: caminhos da integração sul-americana – do Mercosul à Unasul. In: VIANA, A.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. B. (Org.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011.
- CHENG, J; SHI, H. Sino-Venezuelan relations: beyond oil. **Issues & Studies**, v. 44, n. 3, p. 99-147, Sept. 2008.
- DOMINGUEZ, J. *et al.* China's relations with Latin America: shared gains, asymmetric hopes. **Inter-American Dialogue**. Washington: IAD, 2006.
- FIGUEROA, F. B. **História económica y social de Venezuela: una estructura para su estudio**. Caracas: UCV, 1974.
- FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- GONÇALVES, F. T. **A Celac, o Sela e a agenda do Brasil para América Latina e Caribe**. Brasília: Ipea, 2011 (Boletim de Economia e Política Internacional, n. 8).
- GONZÁLEZ, M. El petróleo como instrumento de política exterior en el gobierno del presidente Hugo Chávez Frías. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, v. IX, n. 2, jul.-dic. 2003.
- JONES, B. **!Hugo!** Hanover: Steeppress Press, 2007.
- MEA – Ministry of External Affairs. **Annual Report (2010-2011)**. New Delhi, 2011.
- MEDEIROS, C. A. Subdesenvolvimento com abundância de divisas. In: FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- MINISTRY OF COMMERCE. **Annual Report (2010-2011)**. Beijing, 2011.
- MOMMER, B. **The new governance of venezuelan oil**. Oxford Institute for Energy Studies: 1998 (paper WPM23).
- _____. **The political role of national oil companies in exporting countries: the Venezuelan case**. Oxford Institute for Energy Studies: 1994 (WPM18).
- PINTO, L. F. S. A petrobras na América do Sul. In: VIANA, A.; BARROS, P. S.; CALIXTRE, A. (Org.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011.
- _____. **Petróleo, gás e nacionalismo na Venezuela e na Bolívia**. São Paulo: Prolam, 2009.
- SALAS, M. T. U. S. Companies in Venezuela: the forging of an enduring alliance. In: ELLNER, S.; SALAS, M. T. (Ed.). **Venezuela: Hugo Chávez and the decline of an "exceptional democracy"**. Lanham: Rowman & Little Fields Publishers, 2007.
- SCHUTTE, G. R. **Economia política do petróleo e gás: a experiência russa**. Brasília: Ipea, 2010 (Texto para Discussão, n. 1.474).
- VILLA, R. Corrida armamentista ou modernização de armamentos na América do Sul: estudo comparativo dos gastos militares. **Estudos e Cenários**. Rio de Janeiro: Iuperj, 2008.
- VILLA, R. D. Dos etapas en la política exterior venezolana frente a Estados Unidos en el período de Hugo Chávez. **Cuadernos del CENDES**, v. 21, n. 55, 2004.

